

Novembro 2007

Sacopã: resistência de um quilombo urbano (RJ)

Rosa Peralta¹



Luiz Sacopã na entrada da comunidade (Foto Rosa Peralta)

Os antecedentes

Com a abertura dos primeiros procedimentos para reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos, a partir de 1988, data da publicação do artigo 68 da Constituição Federal, as comunidades abrangidas por esse dispositivo constitucional eram fundamentalmente de origem rural. Quase vinte anos após sua publicação, o número de comunidades reconhecidas ou reivindicando o reconhecimento cresce cada vez mais no país, abrangendo grupos dos mais diversificados.

No ano de 2003, a Família Silva, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, se tornou a primeira comunidade do país reconhecida como quilombo urbano. Já no Estado do Rio de Janeiro, essa possibilidade foi aberta apenas em 1999, quando a Assessoria de Assuntos Étnicos do gabinete da vice-governadora do estado, na época, Benedita da Silva, encaminhou ao Ministério Público Federal (MPF) e à Fundação Cultural Palmares (FCP) um "relatório de inspeção técnica" solicitando um "levantamento histórico" referente à Família Pinto, que desde o final do século XIX habita a Ladeira do Sacopã, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. O MPF, em seguida, solicitou à FCP a "elaboração de um laudo

¹ Rosa Peralta é assistente do Programa Egbé - Territórios Negros e do OQ, de KOINONIA.

antropológico de identificação que viabilize o reconhecimento da comunidade como quilombola”.

Ao contrário do que aconteceu na cidade de Porto Alegre, onde a prefeitura firmou um acordo com a FCP para reconhecer a comunidade como quilombo urbano e regularizar suas terras, no Rio de Janeiro a Família Pinto só foi cadastrada como remanescente de quilombo pela FCP em dezembro de 2004. Mesmo assim, continuou enfrentando pressões de diversas fontes para deixar o local, como ordens de despejo da prefeitura e ações de reintegração de posse movidas por imobiliárias.

Entre outras iniciativas para defender sua permanência na área, situada no bairro da Lagoa, um dos mais privilegiados da cidade do Rio de Janeiro, com vista panorâmica para o Morro do Corcovado e para a Lagoa Rodrigo de Freitas, as famílias entraram com uma ação de usucapião, que já dura mais de 30 anos. A sentença em 1ª instância, em março de 2002, foi bastante favorável. No entanto, a sentença foi contestada por proprietários e em julho de 2005, os quilombolas perderam em 2ª instância. Diante disso, decidiram concentrar todos os seus esforços, no processo administrativo de regularização fundiária como comunidade remanescente de quilombo, contando, inclusive, com a intervenção do Incra, que conseguiu paralisar tais ações até que o processo administrativo seja concluído.



Rosa Peralta

Luiz Sacopã em entrevista

Entrevista de Luiz Sacopã e seu filho sobre as falsas denúncias de O Globo

Diante do crescimento que a temática quilombola tem atingido, temos assistido ao acirramento da campanha que alguns setores da sociedade – fazendeiros, empresas de celulose, governantes da bancada ruralista e a grande imprensa – vêm promovendo contra o direito à terra que a Constituição Federal garante aos quilombolas.

No dia 12 de setembro, Joaquim Ferreira dos Santos, em sua coluna Gente Boa, do jornal O Globo, publicou uma nota em que dizia que os moradores da Fonte da Saudade, área nobre do Rio de Janeiro, denunciavam a derrubada de dezenas de árvores no território do quilombo Sacopã.

Diante da denúncia, o Programa Egbé Territórios Negros decidiu entrar em contato com a comunidade para apurar os fatos. Luiz Sacopã e Marcio, seu filho, receberam a equipe do Programa e concederam a seguinte entrevista.

Egbé TN: Numa área em que cada metro quadrado vale R\$ 12 mil, é normal que atraia muita atenção e interesses. Mas houve de fato a derrubada de alguma árvore recentemente?

Luiz: Isso é uma calúnia e nós podemos provar. Fui à Secretaria de Meio Ambiente e eles se comprometeram a emitir uma certidão de que não encontraram desmatamento nenhum. Aliás, essa certidão poderá ser usada se a comunidade decidir processar quem anda divulgando essa mentira.

Egbé TN: Veio mais alguém averiguar os fatos?

Luiz: No dia seguinte que saiu no jornal, veio a vereadora Andrea Panacetti, com equipe de filmagem e tudo. Eu estava muito atordoado, mas mesmo assim decidi levá-la a conhecer a comunidade e verificar por ela mesma se havia ou não árvores derrubadas. É claro que ela não encontrou nada e ainda reclamou que havia se machucado pela mata estar tão fechada. Além disso, ontem (dia 27/9) eu estava de saída quando ouvi um barulho de moto-serra. Verifiquei que no prédio perto daqui tinha gente podando galhos. Chamei logo a polícia para registrar um boletim de ocorrência.

Egbé TN: A que você atribui essa denúncia? Por que você acha que ela foi feita?

Luiz: Olha, posso lhe dizer que todos os meses vem pelo menos uma entidade aqui fazer inspeção ou apurar alguma denúncia. Às vezes vem a Feema, a Secretaria de Urbanismo, uma patrulha florestal e até a polícia. A gente aqui não consegue ter paz, é muita pressão e preconceito. Mas agora que saiu até no jornal, achamos que foi longe demais. Não tenho certeza, mas acho que é pelo fato de nosso processo de titulação estar andando.

Egbé TN: Quem você acha que está por trás da denúncia da derrubada das árvores?

Marcio: Ainda não temos como provar, mas pela nota que saiu no jornal e pelas reuniões que têm sido convocadas, tudo indica que é a Associação de Moradores da Fonte da Saudade. Mesmo sendo moradores do bairro, não fomos convocados para as reuniões contra o "falso quilombo". A sorte é que temos mais aliados do que inimigos e eles nos avisam quando marcam esses eventos. Antigamente, meu pai [Luiz] iria na reunião, mas como ele está com a saúde mais abalada, eu decidi ir sozinho.

Egbé TN: O que aconteceu na reunião?

Marcio: Quando eu cheguei na reunião, já houve um mal-estar. Alguns até foram embora. Pelo que pude perceber, o discurso usado para atrair as pessoas é o de que a nossa área será transformada em um parque se nós sairmos. Mas isso é um engano. A ação de reintegração de posse contra nós é de uma construtora e, que eu saiba, construtora levanta prédios e não árvores. Pedi a palavra e perguntei se a associação tinha feito a denúncia contra nós. Não houve resposta direta. Algumas pessoas começaram a dizer que estavam preocupadas com a preservação do meio ambiente, mas são pessoas que moram em condomínios e prédios que desmataram uma grande área. Nós sabemos porque sempre estivemos aí. Eu expliquei que, desde que eu nasci, a nossa área está igual. E ainda lancei a provocação: disse que a presidente da associação, Ana Simas, poderia comprovar o que eu estava dizendo, pois ela freqüentou os eventos que produzimos lá há muitos anos. Ela ficou sem graça e disse que não tinha estado em nossa comunidade ultimamente e que por isso não sabia como estavam as coisas.

Luiz: Ela chegou a realizar a cerimônia de casamento e o batizado do primeiro filho dela lá no quilombo! E agora ela diz que não sabe.

Egbé TN: E agora, qual o próximo passo?

Marcio: Bem, eu convidei quem quisesse ir lá para conhecer e ver com seus próprios olhos seria bem recebido, desde que avisasse com antecedência, pois também já estamos cansados de que o pessoal chega, vai entrando, tira foto, filma e não diz nada. Além disso, na próxima reunião eu vou fazer questão de levar a certidão da Secretaria de Meio Ambiente e perguntar o seguinte: Com esta prova de que não derrubamos árvore nenhuma, qual vai ser a posição da associação? Sim, porque queremos que ela nos apóie e nos defenda, a não ser que ela tenha sido autora da denúncia. O que eu quero é forçar que eles reconheçam os seus atos.

Luiz: Mas acho que também devemos processar o jornalista. Como ele pode publicar aquilo e depois nem dar o direito para a gente se defender. Não temos dinheiro, mas vamos investir o pouco que temos se for preciso.

Egbé TN: Vocês tentaram entrar em contato com o jornalista? Qual foi o resultado?

Luiz: No mesmo dia enviamos uma mensagem pedindo direito de resposta em 48 horas, mas não recebemos retorno. E o curioso que esse jornalista me conhece.



Rosa Peralta

Luiz e Marcio Sacopã

Egbé TN: Marcio, você disse que geralmente seu pai ficava à frente da luta da comunidade. Mas como você se sentiu ao ter que encarar todas aquelas pessoas em uma reunião contra o “falso quilombo”?

Marcio: Tive que me segurar, mas no final confesso que até tomei gosto. É a satisfação de poder levantar a cabeça e defender o direito de minha família. Não queremos mais aceitar todas essas provocações. Agora queremos reagir e por isso pensamos em processar quem está inventando coisas contra nós.

Além disso, sentimos que a nossa comunidade deve se preparar melhor. Devemos procurar capacitar nossos jovens para serem lideranças. Sabemos que o governo tem muitos recursos para as comunidades e queremos saber como ter acesso a eles.

Egbé TN: E, como não podíamos deixar de perguntar, em que etapa está o processo de regularização fundiária do quilombo Sacopã?

Luiz: Segundo informações do Incra, o Relatório Técnico está quase pronto. A próxima fase é publicá-lo e aguardar o prazo de 90 dias para contestações. Vamos ver o que nos espera. Veja bem, o que nos entristece no caso dessas denúncias é a injustiça e o preconceito, porque em relação ao nosso direito à terra estamos tranquilos, pois

ninguém tem força para destruir o que já consolidado há mais de cem anos. Nós só queremos paz.

Fontes bibliográficas:

Relatório de Inspeção Técnica - Gabinete da Vice Governadoria do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

A Conquista do Paraíso. Revista Isto É, março de 1986.

Informativo Territórios Negros (ano 4, nº 15, de 2004).

Leia a nota do jornalista na notícia:

[RJ - O Globo publica denúncia contra Sacopã \(13/9/2007\)](#)

Saiba mais informações sobre Sacopã nas seguintes seções do OQ:

[Notícias > Pesquisa > Sacopã](#)

[Atlas](#)